



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Tucuruí



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Tucuruí (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

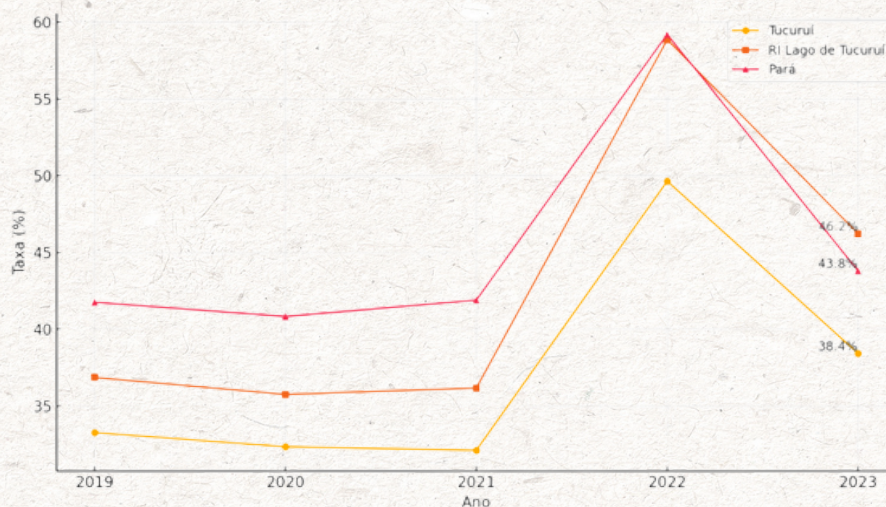
Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Tucuruí manteve-se relativamente estável, oscilando levemente de 33,2% para 32,1%, indicando certa constância no cenário social local. A Região de Integração (RI) Lago de Tucuruí e o estado do Pará também apresentaram estabilidade nesse período, com variações discretas em torno de 36% e 41%, respectivamente. Esse comportamento sugere que, até 2021, as políticas sociais ou os impactos econômicos ainda não haviam provocado mudanças expressivas nos níveis de pobreza (Gráfico 1).

Contudo, em 2022, observa-

se um forte aumento da pobreza em todas as esferas analisadas, destacando-se Tucuruí, que saltou para 49,6%, um acréscimo de mais de 17 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Esse movimento é igualmente perceptível na RI Lago de Tucuruí (aproximadamente 59%) e no estado do Pará (próximo a 60%). Essa elevação generalizada pode ser atribuída aos efeitos econômicos da pandemia de COVID-19, cujos impactos sociais e trabalhistas foram fortemente sentidos em 2022, mesmo após o fim das restrições mais severas (Gráfico 1).

Em 2023, há uma recuperação parcial, com a taxa de pobreza recuando para 38,4% em Tucuruí, 43,8% na RI Lago de Tucuruí e 46,2% no Pará. Apesar da melhora, os níveis permanecem significativamente superiores aos de 2019, indicando que os efeitos da crise sanitária ainda reverberam na estrutura socioeconômica local e estadual. Esse cenário ressalta a importância de políticas públicas sustentadas e focadas na redução da vulnerabilidade social para consolidar a trajetória de recuperação (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

O município de Tucuruí apresentou uma trajetória descendente nas despesas públicas com serviços essenciais, partindo de 62,5% em 2019 e caindo para 54,1% em 2023. A queda mais acentuada ocorreu entre 2019 e 2020, período marcado por forte readequação orçamentária durante o início da pandemia. Embora tenha havido uma breve recuperação em 2021 (59,6%), a tendência de retração foi retomada nos anos seguintes. Essa redução pode estar relacionada à redistribuição de recursos para ações emergenciais ou à limitação fiscal no ambi-

to municipal (Gráfico 2).

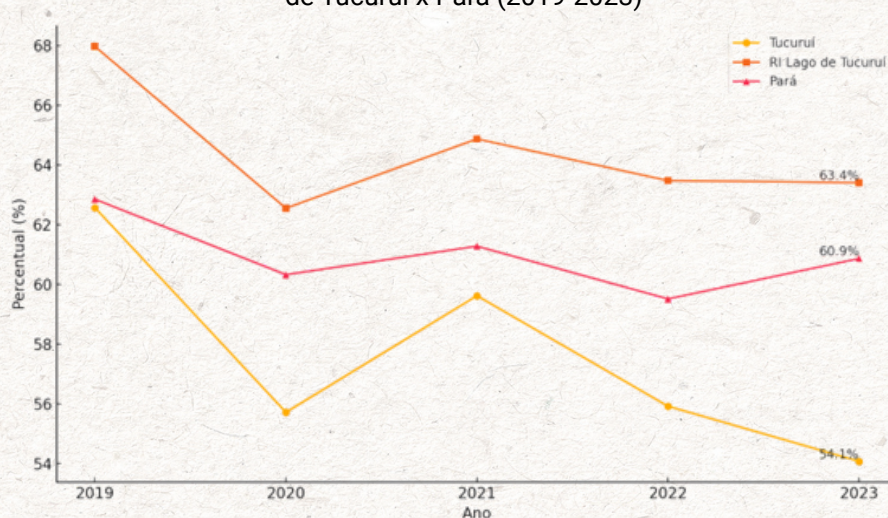
A Região de Integração Lago de Tucuruí manteve-se como o recorte territorial com maior percentual de alocação de recursos em serviços essenciais ao longo do período, variando entre 63% e 68%. Ainda que tenha havido certa oscilação, os níveis de investimento permaneceram elevados e relativamente estáveis, sugerindo uma maior capacidade de resposta regional ou maior articulação entre os municípios da RI na priorização de serviços básicos (Gráfico 2).

No estado do Pará, o comportamento foi de leve oscila-

ção, mantendo-se em patamar intermediário entre município e RI, com percentuais que flutuaram entre 59,3% e 63%. O ano de 2023 aponta uma retomada (60,9%), o que pode sinalizar um esforço gradual de recuperação orçamentária após os desafios impostos pela pandemia. A estabilidade estadual contrasta com a queda mais significativa observada em Tucuruí, destacando disparidades na capacidade de manutenção dos serviços essenciais entre os diferentes níveis de governo (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2020, Tucuruí apresentou uma expressiva redução na taxa de crianças com baixo peso ao nascer, passando de 8,9% para 7,4%, o que pode indicar avanços nas condições de saúde materno-infantil e assistência pré-natal no período. A RI Lago de Tucuruí também apresentou queda, de 7,7% para 6,8%, enquanto o estado do Pará manteve estabilidade em torno de 7,6%, o que sugere que o município teve desempenho acima da média estadual nesse primeiro intervalo (Gráfico 3).

A partir de 2021, entretanto, observa-se uma trajetória ascendente em Tucuruí, com a taxa subindo para 8,2% e chegando a 9% em 2023. Esse aumento pode refletir impactos pós-pandemia na saúde pública, incluindo possíveis

restrições de acesso a serviços médicos de qualidade ou piora nas condições nutricionais das gestantes.

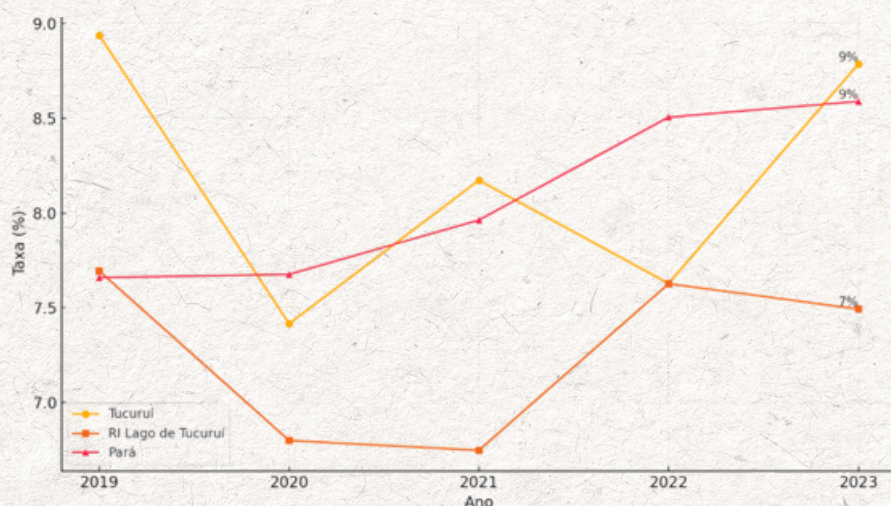
A média estadual também apresentou crescimento contínuo, atingindo 8,7% em 2023, sinalizando um fenômeno mais amplo que afetou diversas regiões do Pará. A RI Lago de Tucuruí, por outro lado, apresentou uma evolução mais moderada, encerrando 2023 com 7%, ainda abaixo dos demais recortes (Gráfico 3).

O comportamento do indicador em Tucuruí é preocupante, pois indica uma deterioração progressiva nas condições de nascimento, com a prevalência de baixo peso atingindo seu ponto mais alto no final do período analisado. Em contraste, a RI manteve estabilidade com ligeira recu-

peração em relação ao pico de 2022, enquanto o estado como um todo apresentou tendência de crescimento contínuo. Essa diferença pode refletir disparidades intrarregionais na capacidade de resposta dos sistemas locais de saúde e políticas voltadas à primeira infância (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

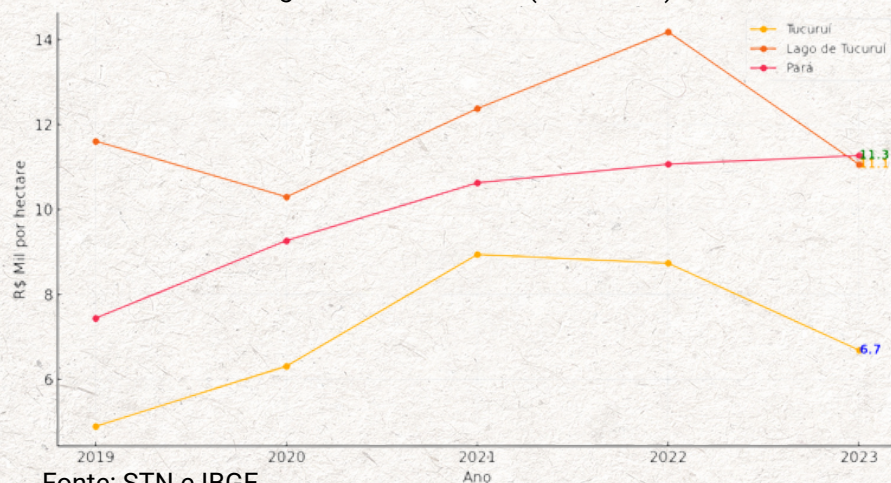
Tucuruí iniciou o período analisado com uma produtividade agrícola modesta, na faixa de R\$ 4,9 mil por hectare em 2019. Houve um crescimento progressivo até 2021, quando o valor alcançou R\$ 9 mil, impulsionado possivelmente por investimentos pontuais, aumento de eficiência produtiva ou valorização de determinadas culturas. No entanto, entre 2022 e 2023, observa-se uma reversão dessa tendência, com queda para R\$ 8,8 mil e, posteriormente, um recuo mais expressivo para R\$ 6,7 mil, indicando perda de dinamismo no setor agropecuário local (Gráfico 4).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a produtividade iniciou o período em patamar elevado (R\$ 11,6 mil/ha em 2019), oscilou levemente em 2020, mas chegou a um pico de R\$ 14,1 mil em 2022, encerrando 2023 em R\$ 11,1 mil. Apesar da queda no último ano, a região manteve-se como a mais produtiva em todos os períodos, o que pode estar relacionado à maior diversificação agrícola, presença de agroindústrias ou políticas regionais mais eficazes de fomento ao setor rural (Gráfico 4).

Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo na

produtividade agrícola entre 2019 e 2023, saindo de R\$ 7,4 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha. Essa trajetória revela um fortalecimento do setor agrícola em nível estadual, que pode ser reflexo da expansão de áreas produtivas, modernização tecnológica e aumento de acesso a crédito rural. Ao final do período, tanto a média estadual quanto a regional superaram amplamente o desempenho de Tucuruí, apontando para a necessidade de revisão de estratégias locais para melhor integração às dinâmicas regionais e estaduais de desenvolvimento agrícola (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

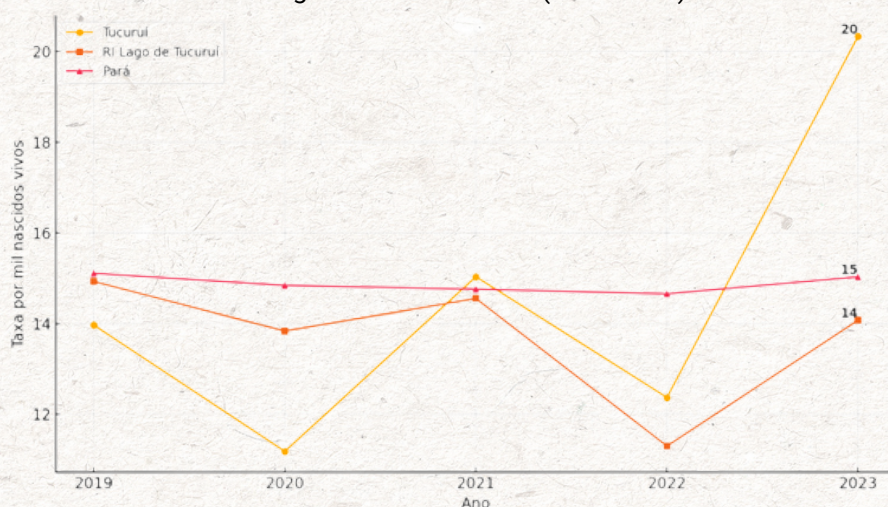
A taxa de mortalidade infantil em Tucuruí apresentou forte oscilação ao longo do período analisado. Em 2019, o município registrava 14 óbitos por mil nascidos vivos, número que caiu para 11,1 em 2020, indicando uma possível melhora nas condições de saúde neonatal e de acesso ao pré-natal. Contudo, em 2021 houve um aumento expressivo para 15,1, superando inclusive a média estadual (14,9), o que pode sinalizar descontinuidades no sistema de saúde durante o auge da pandemia da COVID-19 (Gráfico 5).

Em 2022, Tucuruí reduziu novamente o índice para 12,4, acompanhando uma tendência de melhora observada também na RI Lago de Tucuruí, que registrou sua menor taxa no período (11,3). Essa queda pode indicar uma recuperação parcial da rede de atenção básica e hospitalar, após os impactos mais agudos da crise sanitária. O estado do Pará, por sua vez, manteve-se com relativa estabilidade em torno de 14,6 nesse intervalo (Gráfico 5).



No entanto, em 2023, Tucuruí voltou a apresentar elevação significativa na mortalidade infantil, alcançando a marca de 20 por mil nascidos vivos — a mais alta de toda a série histórica para o município e bem acima das médias da RI (14) e do estado (15). Essa piora acentuada sugere falhas críticas na cobertura e qualidade da assistência neonatal, e impõe a necessidade urgente de reavaliação das políticas públicas voltadas à saúde da primeira infância, especialmente no município (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

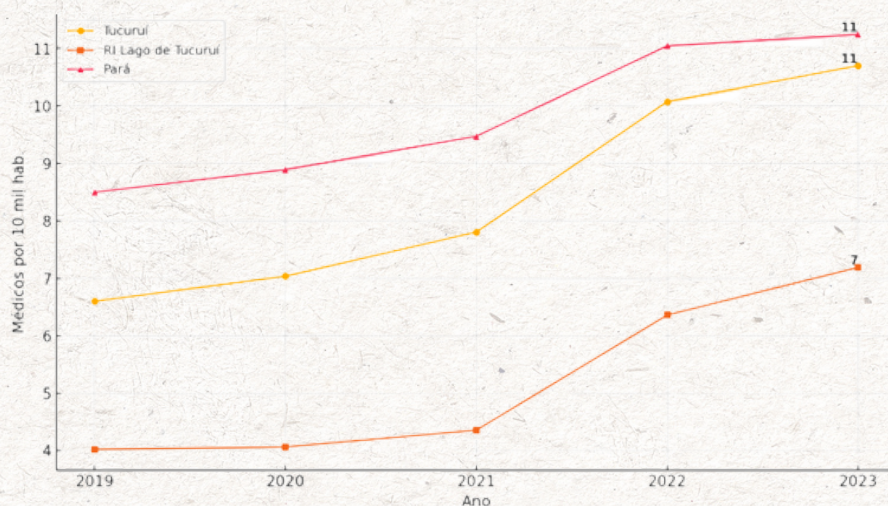
O número de médicos por 10 mil habitantes em Tucuruí teve uma trajetória claramente ascendente entre 2019 e 2023. Em 2019, o município contava com 6,6 médicos por 10 mil habitantes, valor que foi crescendo progressivamente até alcançar 10,1 em 2022 e, por fim, 11 em 2023. Esse aumento pode refletir investimentos na atração de profissionais de saúde, expansão de unidades médicas ou políticas de interiorização da medicina no período (Gráfico 6).

A Região de Integração Lago de Tucuruí também apresentou evolução, embora em ritmo mais lento. Saiu de 4,0 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e chegou a 7,1 em 2023. Apesar de o crescimento ser consistente, a região permanece com menor cobertura médica em relação a Tucuruí e ao estado do Pará, o que pode indicar desigualdades no acesso aos serviços de saúde dentro da própria região (Gráfico 6).



Já o estado do Pará como um todo apresentou crescimento contínuo e com valores superiores aos de Tucuruí até 2022, quando o município passou a se equiparar. Em 2023, tanto o estado quanto Tucuruí registraram a marca de 11 médicos por 10 mil habitantes, o que sugere uma melhora significativa na capacidade de atendimento médico municipal. Ainda assim, o contraste com a taxa de mortalidade infantil elevada em 2023 evidencia que a presença de médicos, por si só, não garante qualidade ou efetividade nos serviços prestados, sendo necessário avaliar também aspectos estruturais, de gestão e de atendimento integral à saúde materno-infantil (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

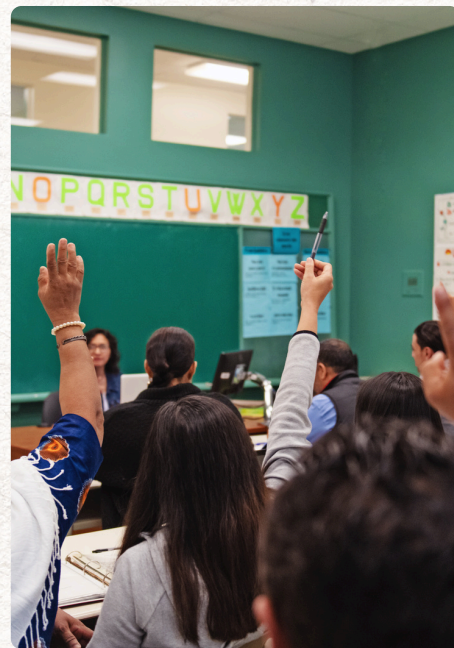
O número de vagas no ensino público por mil habitantes em Tucuruí apresentou uma tendência decrescente entre 2019 e 2021, caindo de 209 para 188, o que pode refletir uma combinação de fatores como retração orçamentária, fechamento de turmas, ou reestruturações nas redes de ensino em resposta à pandemia. Essa tendência também foi observada na Região de Integração Lago de Tucuruí e no estado do Pará, que também registraram quedas no mesmo período, embora em proporções distintas (Gráfico 7).

Em 2022, houve uma reversão expressiva dessa tendência. Tucuruí aumentou significativamente a oferta, atingindo 226 vagas por mil habitantes, enquanto a RI Lago de Tucuruí superou esse patamar,

chegando a 238 vagas — o maior valor da série histórica. No mesmo período, o estado também avançou para 219. Esse crescimento pode estar ligado a ações de retomada pós-pandemia, como ampliação de matrículas para recuperação de aprendizagem, ou reabertura de vagas suspensas durante os anos críticos da crise sanitária (Gráfico 7).

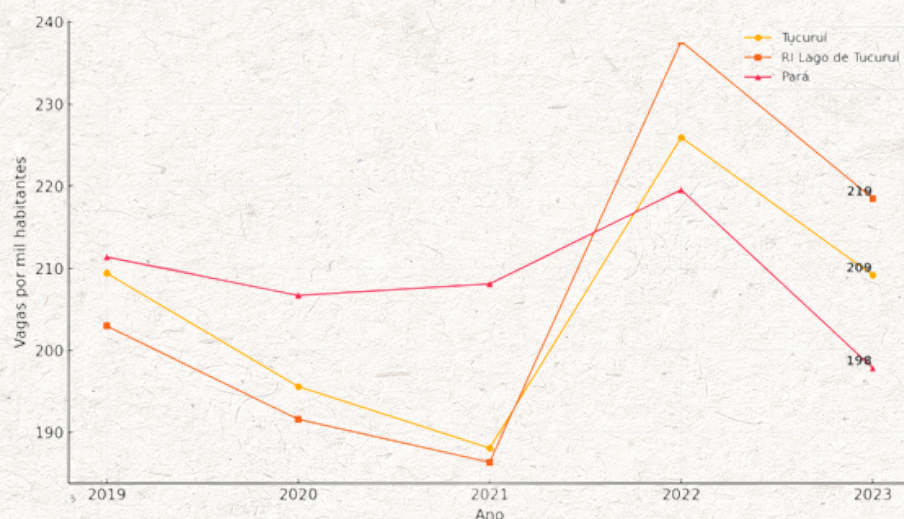
Contudo, em 2023, os números voltaram a cair. Tucuruí encerrou o ano com 209 vagas por mil habitantes, ainda acima dos níveis de 2021, mas abaixo do pico de 2022. O estado do Pará também recuou para 198, enquanto a RI Lago de Tucuruí manteve um patamar relativamente elevado (219).

Essa queda pode sinalizar uma estabilização da deman-



da após o período de recuperação, mas também deve ser monitorada para que não represente nova retração na capacidade de atendimento educacional, especialmente em contextos de crescente pressão por inclusão escolar (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 209 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Tucuruí apresentou crescimento expressivo ao longo dos cinco anos, partindo de 72,3% em 2019 e atingindo 98% em 2023. Esse avanço coloca o município em posição de destaque frente à RI Lago de Tucuruí e ao estado do Pará, indicando um esforço bem-sucedido de infraestrutura tecnológica escolar, possivelmente impulsionado pela necessidade de adoção do ensino remoto durante a pandemia (Gráfico 8).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a evolução tam-

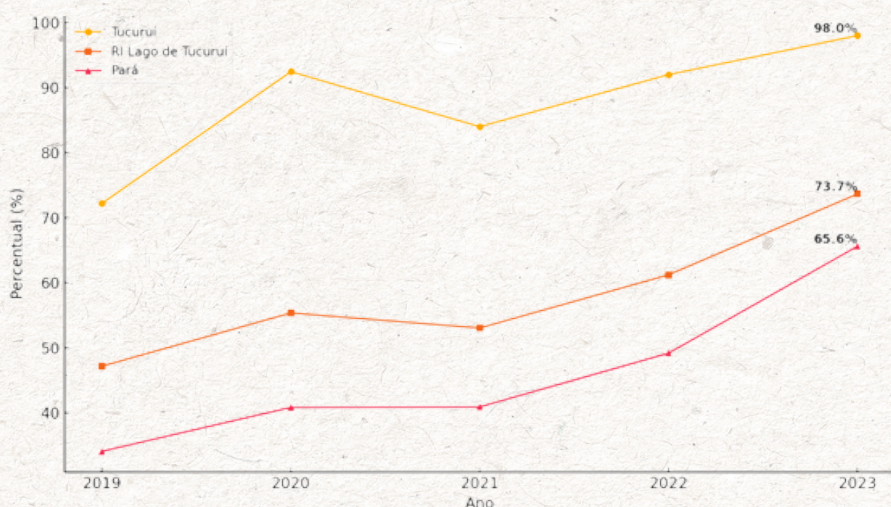
bém foi positiva, com o indicador passando de 47,4% em 2019 para 73,7% em 2023. Apesar do crescimento, a região permanece atrás de Tucuruí, o que pode indicar disparidades internas na distribuição de recursos e políticas educacionais voltadas à conectividade, sobretudo em áreas rurais ou com menor densidade populacional (Gráfico 8).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou melhora contínua, mas ainda enfrenta desafios significativos. Partindo de um patamar bastante baixo em 2019 (33,7%), alcançou

65,6% em 2023. A distância entre os níveis estadual e municipal evidencia desigualdades relevantes na infraestrutura escolar e aponta para a importância de estratégias coordenadas de ampliação da conectividade, que é hoje um elemento-chave para garantir equidade no acesso à educação digital e aos recursos pedagógicos modernos (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.



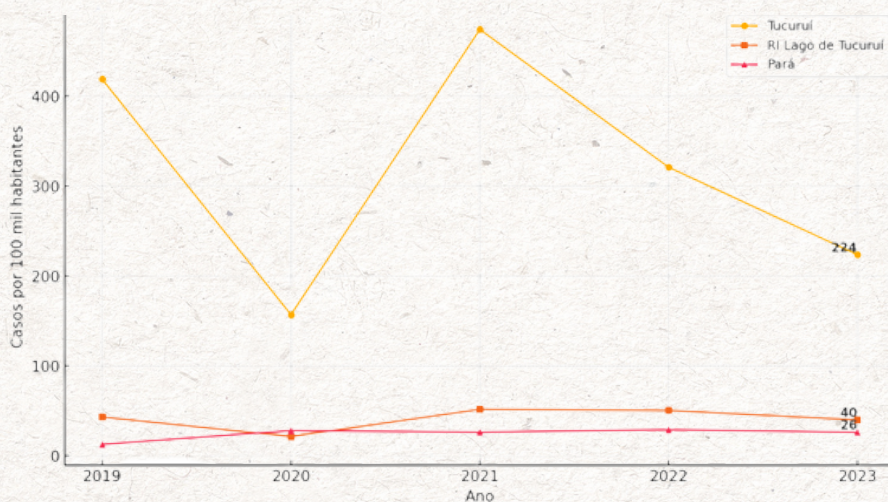
Violência Contra a Mulher por Parceiros

O município de Tucuruí apresenta oscilações significativas no número de casos de violência contra a mulher cometida por parceiros, com taxas muito superiores às médias da Região de Integração Lago de Tucuruí e do estado do Pará. Em 2019, a taxa era de aproximadamente 420 casos por 100 mil habitantes, caindo drasticamente para cerca de 160 em 2020 — uma possível subnotificação durante a pandemia, dado o contexto de isolamento social. Em 2021, houve novo aumento expressivo, atingindo um pico de quase 470 casos, o maior valor da série, possivelmente refletindo tanto um agravamento das situações de violência doméstica quanto maior visibilidade e notificação (Gráfico 9).

Nos anos seguintes, os dados indicam uma trajetória de queda, com registros de aproximadamente 320 casos em 2022 e 224 em 2023. Apesar da redução, os números permanecem alarmantes, especialmente quando comparados aos da RI Lago de Tucuruí (40 casos) e do estado do Pará (26 casos) em 2023. Essa discrepância evidencia um contexto local mais grave de violência doméstica, o que demanda ações específicas de prevenção, acolhimento e punição mais rigorosa dos agressores, além de fortalecimento das redes de proteção à mulher (Gráfico 9).

Enquanto isso, a Região de Integração Lago de Tucuruí e o estado do Pará apresentaram níveis relativamente baixos e estáveis ao longo dos anos, com variações entre 20 e 50 casos por 100 mil habitantes. Esses padrões sugerem uma realidade menos crítica ou, alternativamente, diferentes graus de registro e apuração dos dados. Ainda assim, a estabilidade regional e estadual contrasta fortemente com a volatilidade e os altos índices verificados em Tucuruí, destacando a necessidade de estratégias territorializadas para o enfrentamento da violência de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 224 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O indicador referente à ocupação de cargos gerenciais por mulheres em Tucuruí apresentou uma tendência de queda após um pico positivo em 2020. Naquele ano, o município alcançou 52,5% de ocupação feminina nesses cargos, o que refletia um cenário promissor de equidade de gênero na liderança. No entanto, esse avanço não foi sustentado, com recuos progressivos nos anos seguintes até atingir 40,3% em 2023, valor inferior inclusive ao registrado no início da série (46% em 2019) (Gráfico 10).



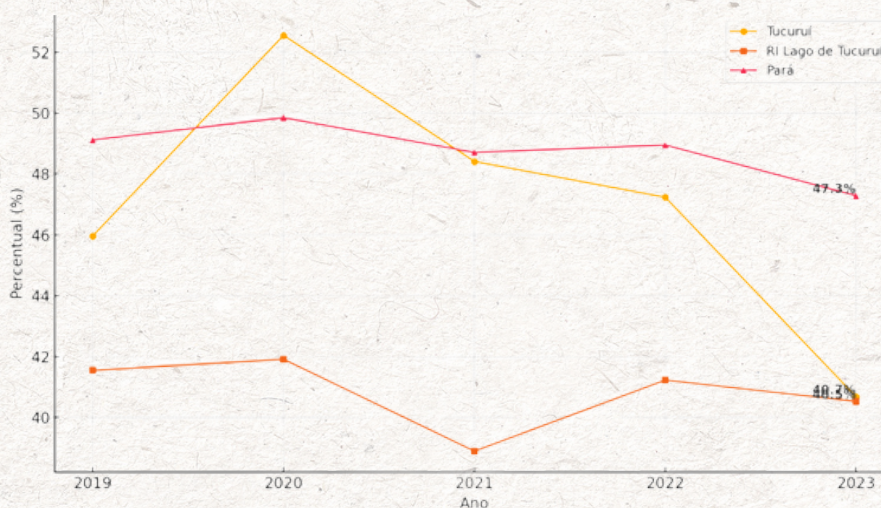


Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o percentual manteve-se relativamente estável, oscilando levemente entre 41% e 42% ao longo dos cinco anos, encerrando 2023 com 40,7%. Isso indica uma constância nos níveis de participação feminina, ainda que limitada. O desempenho regional, embora menos volátil, reforça a persistência de barreiras estruturais à ascensão de mulheres em posições de liderança nas esferas pública e privada (Gráfico 10).

No estado do Pará, o cenário foi mais equilibrado. A proporção de cargos ge-

renciais ocupados por mulheres variou entre 49% e 50% até 2022, com uma leve queda para 47,3% em 2023. Apesar da retração recente, o estado manteve-se em patamar mais elevado que a média municipal e regional, sinalizando políticas ou condições mais favoráveis à equidade de gênero na ocupação de cargos de direção. Em síntese, os dados apontam para a necessidade de retomada e fortalecimento de políticas afirmativas em Tucuruí, a fim de reverter a tendência de exclusão feminina dos espaços de decisão (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Tucuruí, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto manteve-se relativamente estável ao longo do período analisado, com leve oscilação entre 9% em 2019 e 8,9% em 2023. Apesar de pequenas variações, os dados indicam ausência de avanços significativos na ampliação do serviço para esse grupo vulnerável. O pico ocorreu em 2022, com 9,2%, sugerindo algum esforço de expansão no período, mas que não foi sustentado no ano seguinte (Gráfico 11).



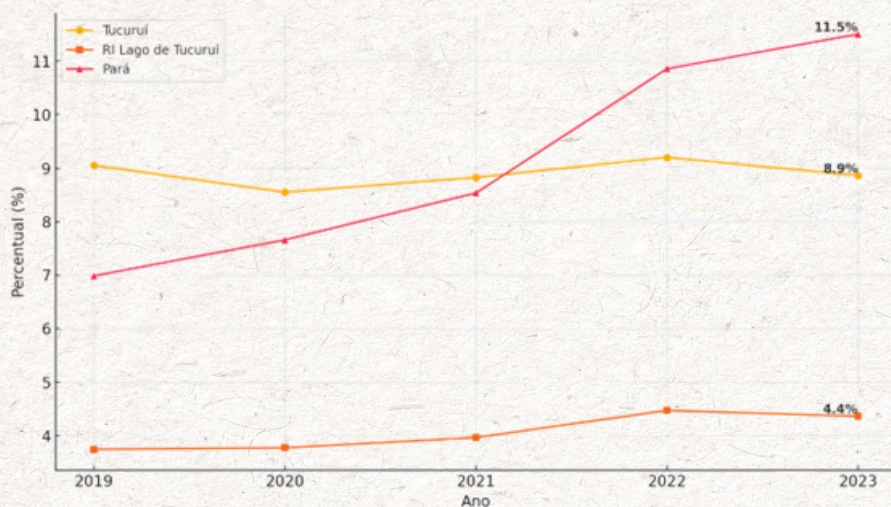
Já a Região de Integração Lago de Tucuruí apresentou os menores percentuais da série, embora com crescimento gradual: partiu de 3,7% em 2019 e atingiu 4,4% em 2023. A baixa cobertura indica um grave déficit de infraestrutura sanitária para a população de baixa renda na região, o que pode impactar negativamente indicadores de saúde e qualidade de vida. Essa realidade reforça a necessidade de investimentos mais robustos em saneamento, sobretudo nos territórios

mais periféricos e socialmente vulneráveis (Gráfico 11).

Em contraste, o estado do Pará apresentou uma trajetória mais positiva. O indicador saltou de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, com crescimento consistente ano após ano. Esse comportamento revela um esforço mais assertivo na expansão da coleta de esgoto para a população de baixa renda no estado como um todo, superando os percentuais tanto do município quanto da RI.

A tendência de crescimento estadual evidencia a viabilidade de políticas públicas mais eficazes que podem, se adaptadas, beneficiar os territórios de menor desempenho (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto per capita com saneamento básico em Tucuruí oscilou consideravelmente entre 2019 e 2023. Após um crescimento significativo entre 2019 (R\$ 117) e 2021 (R\$ 185), o município sofreu uma queda abrupta em 2022, reduzindo os gastos para apenas R\$ 45 por habitante. Essa redução pode estar relacionada a cortes orçamentários, redirecionamento de recursos para outras áreas prioritárias ou mudanças na política local de saneamento. Em 2023, houve uma recuperação parcial, com gasto de R\$ 91 per capita, ainda distante dos melhores resultados do início da série (Gráfico 12).

A RI Lago de Tucuruí apresentou um padrão semelhante, mas em patamar mais baixo. Os valores variaram de R\$ 41 em 2019 para um pico de

R\$ 63 em 2021, seguidos por quedas nos dois anos seguintes, encerrando 2023 com R\$ 44. Essa estabilidade em níveis baixos reforça o cenário de subfinanciamento do setor na região e pode estar associada a uma limitada capacidade fiscal ou à ausência de planejamento estratégico para o saneamento básico nas administrações municipais integrantes da RI (Gráfico 12).

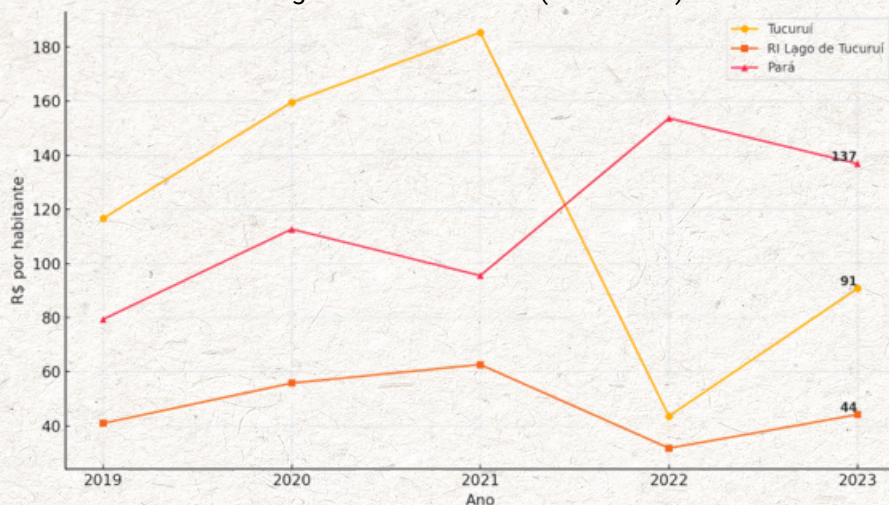
No contexto estadual, o Pará exibiu maior consistência nos investimentos, ainda que também com oscilações. O gasto aumentou de R\$ 80 em 2019 para R\$ 154 em 2022, antes de recuar ligeiramente para R\$ 137 em 2023. Ainda assim, os valores permanecem significativamente superiores aos de Tucuruí e da RI, o que reforça a capacidade do estado de man-

ter aportes constantes na área de saneamento. O desempenho estadual pode servir como referência para a elaboração de políticas descentralizadas, especialmente voltadas à melhoria do saneamento em municípios de menor porte e maior vulnerabilidade (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 91/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



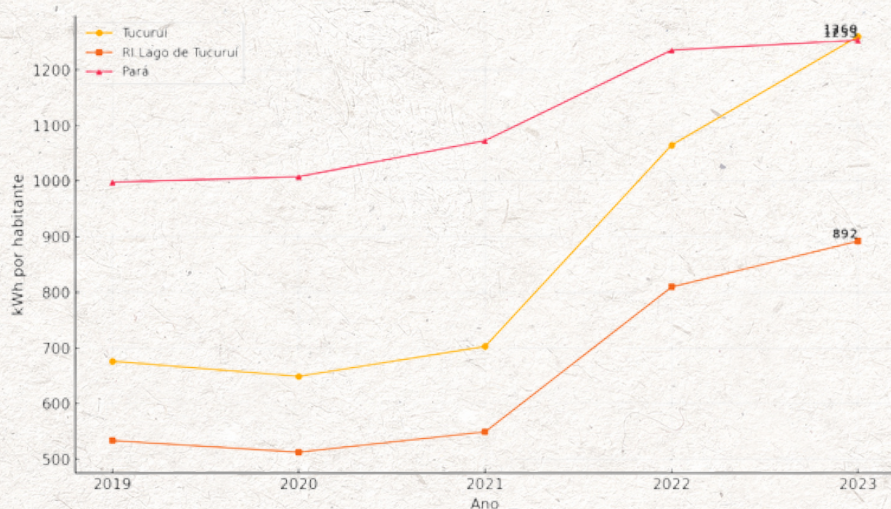
O consumo de energia elétrica per capita em Tucuruí apresentou um crescimento notável ao longo do período de 2019 a 2023. Partindo de 679 kWh/hab. em 2019, o município manteve níveis modestos até 2021, quando iniciou um salto expressivo, alcançando 1.064 kWh/hab. em 2022 e atingindo 1.269 kWh/hab. em 2023. Esse aumento pode ser reflexo da ampliação do acesso à energia elétrica, melhorias na infraestrutura, ou até mesmo mudanças no perfil de consumo das famílias e atividades econômicas locais (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

A Região de Integração Lago de Tucuruí também apresentou crescimento, porém em patamar inferior. Saiu de 532 kWh/hab. em 2019 e chegou a 892 kWh/hab. em 2023, com destaque para o crescimento mais acelerado a partir de 2021. Esse comportamento sugere uma expansão do consumo na região, mas ainda com desigualdades em relação ao município de Tucuruí e ao estado do Pará, o que pode ser explicado por limitações de infraestrutura ou menores níveis de urbanização e industrialização (Gráfico 13).

No estado do Pará, os dados indicam uma evolução constante e em níveis superiores à média da RI e próximos aos de Tucuruí no final do período. O estado passou de 996 kWh/hab. em 2019 para 1.259 kWh/hab. em 2023. Esse crescimento uniforme e sustentado revela um processo de modernização do consumo energético em âmbito estadual, reforçando a tendência de eletrificação e maior inserção de tecnologias nas atividades cotidianas, industriais e comerciais (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.269 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

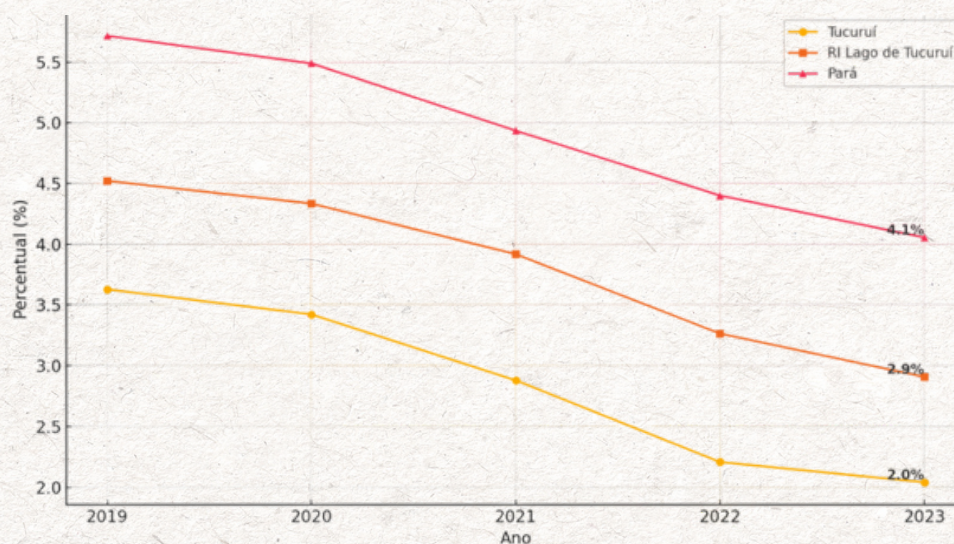
O percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizam iluminação fóssil em Tucuruí apresentou uma trajetória consistente de queda ao longo do período. Em 2019, 3,6% desses domicílios ainda dependiam de fontes não elétricas, como lâmparas e querosene, número que caiu para apenas 2% em 2023. Essa redução contínua reflete avanços na eletrificação domiciliar e na inclusão energética das camadas mais vulneráveis da população (Gráfico 14).

A Região de Integração Lago de Tucuruí seguiu tendência semelhante, partindo de 4,5% em 2019 e recuando para 2,9% em 2023. Apesar da melhoria, a RI ainda apresenta níveis superiores ao município, o que pode apontar para desigualdades internas entre zonas urbanas e rurais, ou mesmo entre municípios com diferentes capacidades de investimento em infraestrutura energética. A redução no uso de iluminação fóssil é um indicador importante de melhoria das condições de vida e de segurança nos lares de baixa renda (Gráfico 14). Em âmbito estadual, o Pará

também avançou, ainda que de forma mais gradual. O percentual caiu de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, mantendo-se em patamares superiores aos registrados em Tucuruí e na RI Lago de Tucuruí. Esse comportamento evidencia que, embora o estado como um todo esteja reduzindo o uso de fontes fósseis entre os mais pobres, ainda existem regiões com dificuldades estruturais relevantes. Assim, políticas de universalização do acesso à energia elétrica seguem sendo essenciais para promover justiça energética no território paraense (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

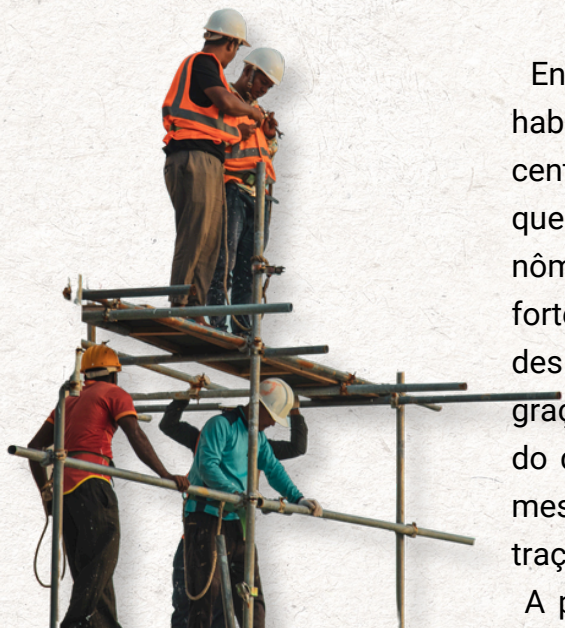
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

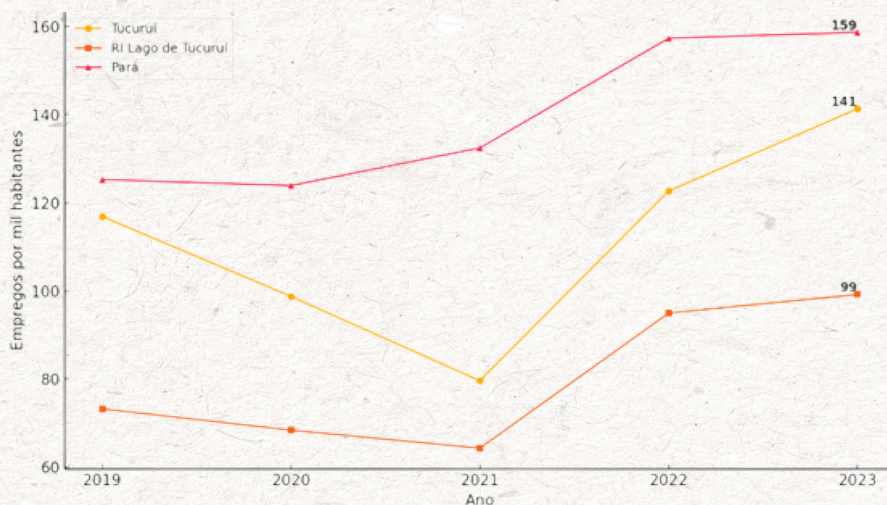
Entre 2019 e 2021, o número de empregos formais por mil habitantes em Tucuruí apresentou uma trajetória decrescente significativa, passando de 117 para apenas 80. Essa queda pode estar relacionada aos impactos da crise econômica agravada pela pandemia da COVID-19, que afetou fortemente o mercado de trabalho, especialmente em cidades com menor diversificação econômica. A Região de Integração Lago de Tucuruí seguiu tendência semelhante, caindo de 73 para 64 empregos formais por mil habitantes no mesmo período, o que evidencia um cenário regional de retração na formalização do emprego (Gráfico 15).

A partir de 2022, observa-se uma recuperação expressiva no município de Tucuruí, que atingiu 123 empregos formais por mil habitantes, chegando a 141 em 2023. Esse crescimento pode ser reflexo de políticas de retomada econômica, reabertura de postos de trabalho, expansão de setores como serviços e construção civil, ou da instalação de novos empreendimentos produtivos. A RI Lago de Tucuruí também demonstrou recuperação, embora em menor intensidade, alcançando 99 empregos formais por mil habitantes em 2023, o que ainda a posiciona abaixo dos patamares anteriores à pandemia (Gráfico 15).

No âmbito estadual, o Pará manteve uma trajetória mais estável, com leve queda de 126 para 124 entre 2019 e 2020, seguida de crescimento consistente até alcançar 159 empregos formais por mil

habitantes em 2023 — o maior valor entre os três recortes analisados. Essa evolução revela uma retomada sólida da formalização do emprego no estado, que pode ter sido impulsionada por investimentos em infraestrutura, dinamismo da agroindústria e ampliação de políticas públicas voltadas à geração de renda. Comparativamente, apesar do avanço de Tucuruí, ainda existe uma diferença considerável em relação à média estadual, sugerindo espaço para o fortalecimento de políticas locais de estímulo à formalização e diversificação econômica (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 141 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



Entre 2018 e 2020, o PIB per capita de Tucuruí apresentou uma queda expressiva, passando de cerca de R\$ 66 mil para R\$ 40 mil. Essa retração significativa pode estar associada à redução da atividade econômica local, especialmente em setores estratégicos como a indústria energética e extrativa, que têm grande peso na economia do município. No mesmo período, a Região de Integração Lago de Tucuruí também sofreu uma queda contínua, saindo de aproximadamente

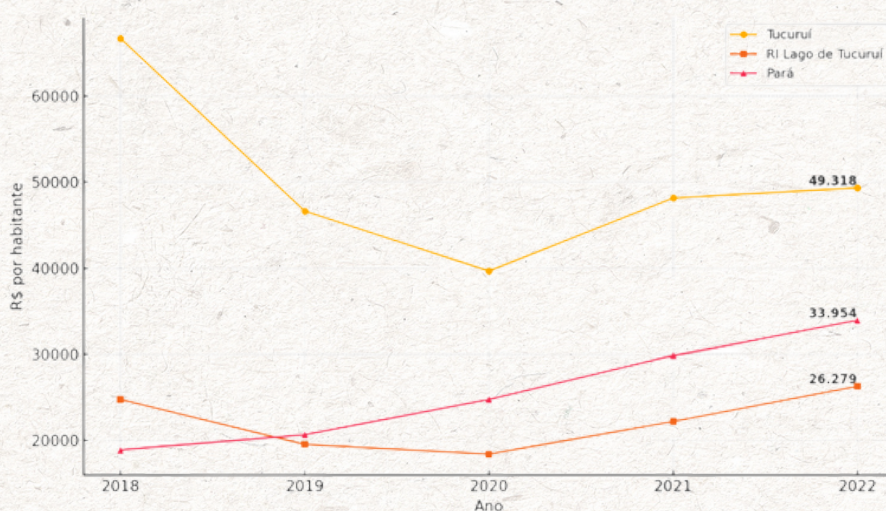
R\$ 25 mil para R\$ 18 mil por habitante, evidenciando uma desaceleração econômica regionalizada (Gráfico 16).

A partir de 2021, observa-se uma retomada tanto em Tucuruí quanto na RI. O município

se recupera parcialmente, atingindo R\$ 49,3 mil em 2022, demonstrando capacidade de reagir a choques econômicos, ainda que sem retomar os níveis de 2018. A Região de Integração também mostra recuperação, alcançando R\$ 26,2 mil, embora ainda abaixo do patamar inicial. Esses dados sugerem esforços de reativação econômica, possivelmente impulsionados por investimentos públicos ou reestruturação de cadeias produtivas (Gráfico 16).

O estado do Pará, por sua vez, apresenta trajetória oposta à de Tucuruí até 2020, com crescimento constante no PIB per capita, saindo de R\$ 18,6 mil em 2018 e alcançando R\$ 33,9 mil em 2022. Esse avanço evidencia um dinamismo estadual puxado por setores como mineração, agropecuária e logística, que impulsionaram o crescimento mesmo diante de uma conjuntura nacional adversa. O contraste entre a retomada estadual e a oscilação municipal reforça a necessidade de políticas de diversificação econômica em municípios fortemente dependentes de setores específicos (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 49.318/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O valor adicionado da indústria como percentual do PIB em Tucuruí apresentou uma trajetória de queda acentuada ao longo do período analisado. Em 2018, a indústria representava cerca de 83,3% da composição do PIB municipal, indicando forte dependência da atividade industrial — provavelmente ligada ao setor energético. No entanto, essa participação caiu progressivamente, alcançando 65,1% em 2022, o que pode sinalizar uma retração industrial ou maior contribuição relativa de outros setores, como comércio e serviços (Gráfico 17).

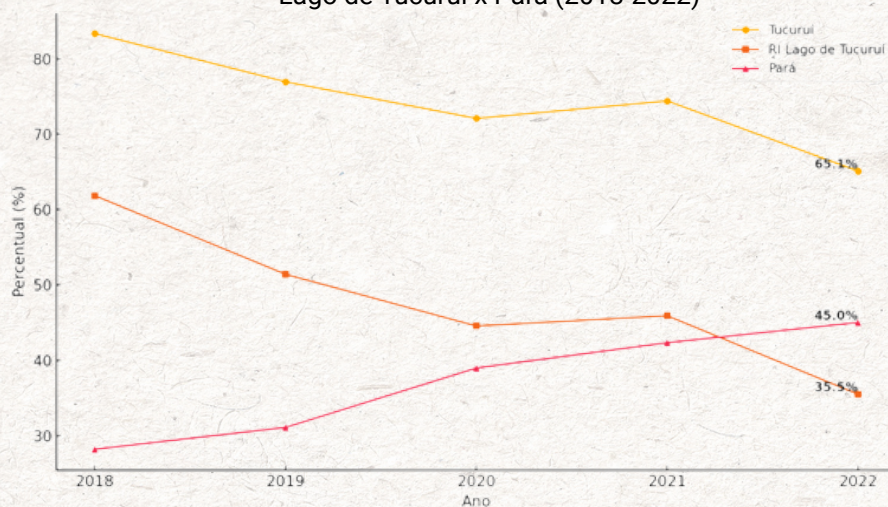
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, observa-se padrão semelhante, com queda de 62% para 35,5% no valor adicionado da indústria no período. Essa diminuição pode estar ligada à perda de competitividade da base industrial local ou à dificuldade de adaptação a novas dinâmicas econômicas. A reversão parcial em 2021 não foi sustentada, indicando que o setor ainda enfrenta desafios estruturais para se consolidar como motor da economia regional (Gráfico 17).

Em contrapartida, o estado do Pará apresentou crescimento constante da participação in-

dustrial no PIB, passando de 28% em 2018 para 45% em 2022. Esse avanço está relacionado ao fortalecimento de polos industriais estratégicos, especialmente voltados à mineração e transformação de commodities. A expansão estadual da indústria, em contraste com a retração observada em Tucuruí e na RI, sugere um redirecionamento dos investimentos industriais para áreas com maior infraestrutura logística ou incentivos fiscais, o que reforça a necessidade de estratégias locais para retenção e atração de atividades industriais diversificadas (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2021, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Tucuruí apresentou uma leve tendência de queda, partindo de 10,3 em 2019 e atingindo o ponto mais baixo em 2021, com 8,5. Esse declínio pode estar relacionado a limitações na retenção ou atração de profissionais qualificados, à ausência de instituições de pesquisa ou ensino superior mais



consolidadas na área científica, ou a restrições orçamentárias em políticas de ciência e tecnologia durante o período (Gráfico 18).

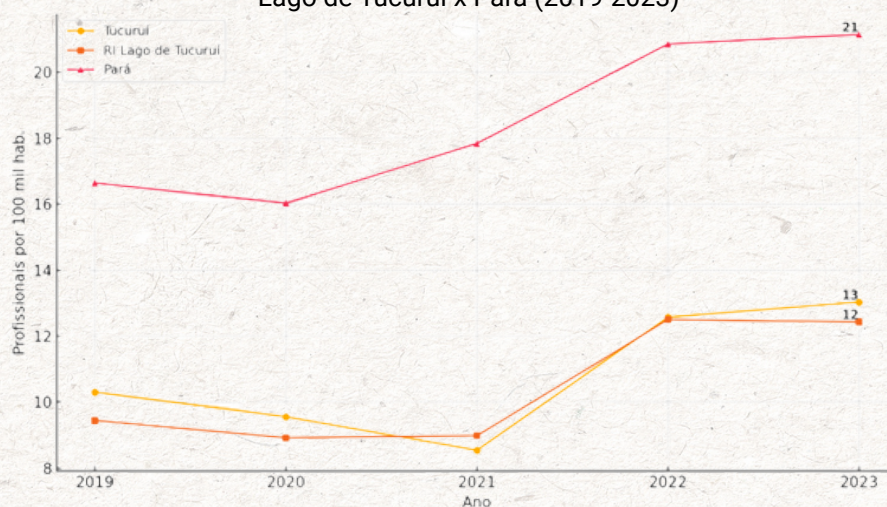
A partir de 2022, observa-se uma inflexão positiva, com Tucuruí crescendo para 12,6 e alcançando 13 profissionais da ciência por 100 mil habitantes

em 2023. A Região de Integração Lago de Tucuruí acompanhou esse movimento, saindo de patamares próximos a 9 entre 2019 e 2021 e subindo para 12,5 em 2022, estabilizando em 12,3 em 2023. Essa recuperação indica esforços de valorização da atividade científica e pode estar vinculada à ampliação de editais, bolsas, parcerias institucionais ou retorno das atividades presenciais nas universidades e centros de pesquisa após o período crítico da pandemia (Gráfico 18).



O estado do Pará, por sua vez, manteve-se em patamar superior ao longo de toda a série histórica, com crescimento consistente de 16,7 em 2019 para 21 em 2023. Esse desempenho sugere maior concentração de profissionais da ciência em polos como Belém ou municípios com instituições de ensino e pesquisa consolidadas. O contraste entre os dados de Tucuruí e do estado reforça a necessidade de estratégias territorializadas para a interiorização da ciência, incentivo à formação técnica e científica, e criação de ambientes propícios à inovação fora dos grandes centros urbanos (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2021, o percentual da massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB apresentou tendência de queda tanto em Tucuruí quanto nos demais recortes territoriais. Em Tucuruí, a proporção caiu de 0,62% em 2019 para 0,49% em 2021, evidenciando uma retração da renda formal em relação ao valor total gerado pela economia local. Essa queda pode refletir um aumento do PIB impulsionado por setores de baixa intensidade laboral, como indústria extrativa ou energia, enquanto o emprego formal cresceu em ritmo inferior ou permaneceu estagnado (Gráfico 19).

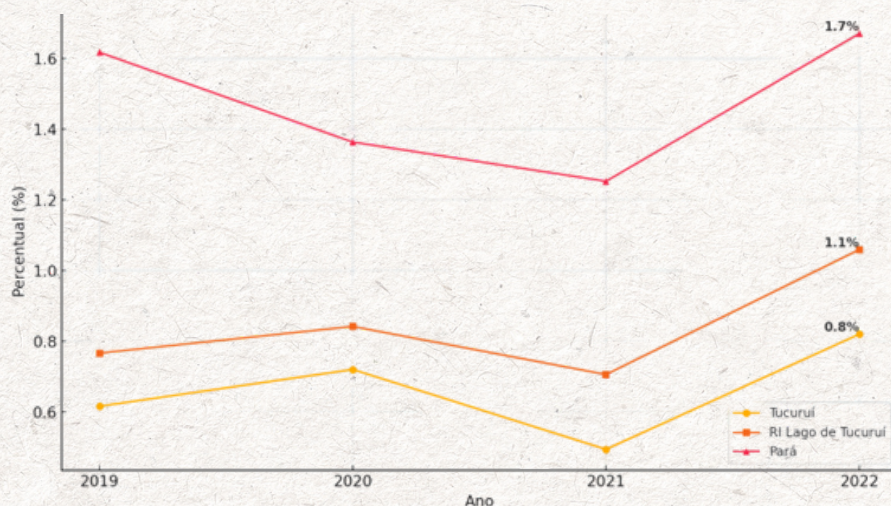
Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comporta-

mento foi semelhante, com a massa salarial passando de 0,77% para 0,71% do PIB entre 2019 e 2021. A leve variação também sinaliza uma desconexão entre a geração de riqueza e a distribuição por meio de vínculos formais de trabalho. No caso do estado do Pará, embora o percentual inicial tenha sido mais elevado (1,62%), também houve queda até 2021, quando o indicador atingiu 1,26%. Esse movimento sugere uma tendência estrutural de concentração de renda e valorização de atividades menos intensivas em mão de obra formal (Gráfico 19).

Em 2022, os três níveis analisados apresentaram recuperação. Tucuruí avançou para

0,81%, a RI Lago de Tucuruí para 1,07% e o estado do Pará para 1,70%, superando inclusive o patamar de 2019. Essa retomada pode estar associada à recomposição do mercado formal de trabalho após a pandemia, com reabertura de setores produtivos, valorização salarial em alguns segmentos e possíveis efeitos de políticas públicas de estímulo ao emprego. Ainda assim, os percentuais baixos — especialmente em Tucuruí — evidenciam a necessidade de fortalecer a geração de empregos qualificados e melhorar a distribuição do valor adicionado entre os trabalhadores formais (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

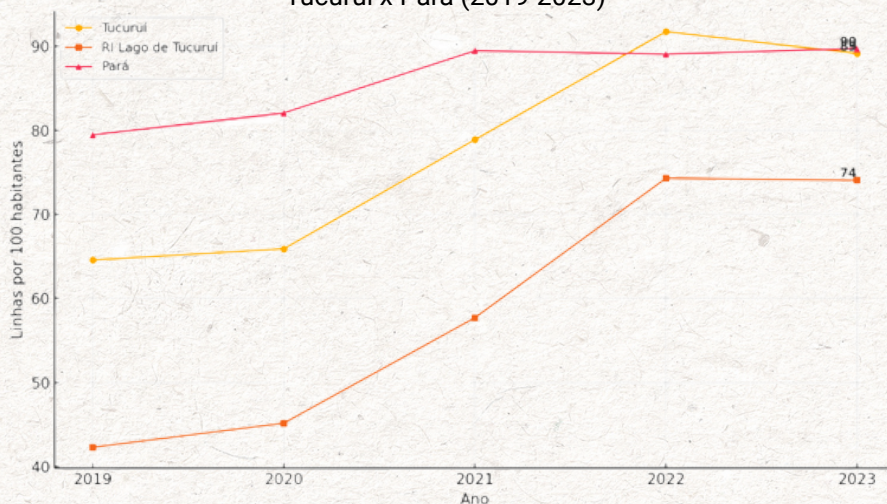
Acesso à Telefonia Móvel

O acesso à telefonia móvel em Tucuruí demonstrou crescimento expressivo ao longo do período analisado, passando de 64 linhas por 100 habitantes em 2019 para um pico de 92 em 2022, antes de registrar leve recuo para 89 em 2023. Essa evolução positiva reflete a ampliação da cobertura móvel, a maior penetração de planos acessíveis e a crescente dependência da população por comunicação móvel, especialmente impulsionada pela digitalização de serviços durante e após a pandemia. Apesar da leve queda no último ano, o patamar se mantém elevado, acima da média estadual (Gráfico 20).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador também apresentou forte crescimento, partindo de 42 em 2019 e alcançando 74 linhas por 100 habitantes em 2022, com estabilidade em 2023. Embora o crescimento seja consistente, o patamar ainda está abaixo do observado em Tucuruí e no estado do Pará, sinalizando desigualdades no acesso à infraestrutura de telecomunicações dentro da própria região. A expansão pode estar relacionada a investimentos em torres de sinal e maior oferta de pacotes pré-pagos em áreas de menor densidade populacional (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 89 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

A despesa pública per capita de Tucuruí com cultura e gestão ambiental apresentou comportamento marcadamente ascendente nos últimos anos. Após queda progressiva entre 2019 e 2021 — de R\$ 14 para apenas R\$ 4 por habitante —, o município inverteu essa tendência com aumentos expressivos em 2022 (R\$ 55) e 2023 (R\$ 82). Essa virada pode ser explicada pela retomada de projetos culturais e ambientais após o período de restrições da pandemia, além da possível reestruturação orçamentária para valorização de políticas socioculturais e sustentáveis (Gráfico 21).

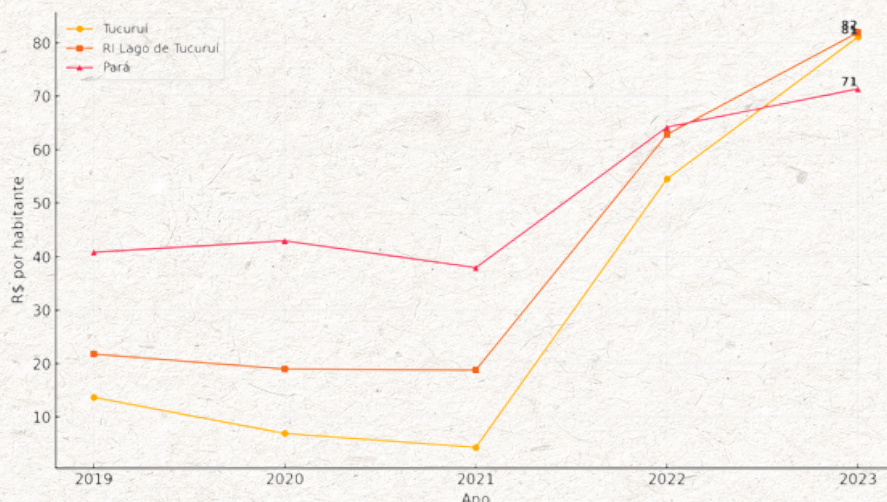
A Região de Integração Lago

de Tucuruí manteve valores mais estáveis até 2021, girando em torno de R\$ 20 por habitante, mas também apresentou uma elevação abrupta em 2022 (R\$ 63) e 2023 (R\$ 83). O crescimento da despesa per capita demonstra alinhamento com a tendência municipal, indicando que os investimentos nessas áreas foram priorizados em escala regional. Isso pode estar vinculado a programas federais ou estaduais de repasse específico para cultura e meio ambiente, além de maior protagonismo de consórcios intermunicipais ou organizações locais (Gráfico 21)

O estado do Pará também seguiu uma trajetória de cres-

cimento a partir de 2021, subindo de R\$ 38 para R\$ 71 em 2023. Ainda que o crescimento tenha sido mais gradual, os valores estaduais permaneceram acima da média municipal até 2022, sendo superados por Tucuruí apenas no último ano. A convergência entre os três níveis sugere maior sensibilidade do poder público às demandas culturais e ambientais no pós-pandemia, com ênfase na descentralização dos investimentos. Esses dados reforçam a importância de manter o compromisso orçamentário nessas áreas como vetor de inclusão social, preservação ambiental e fortalecimento da identidade local (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

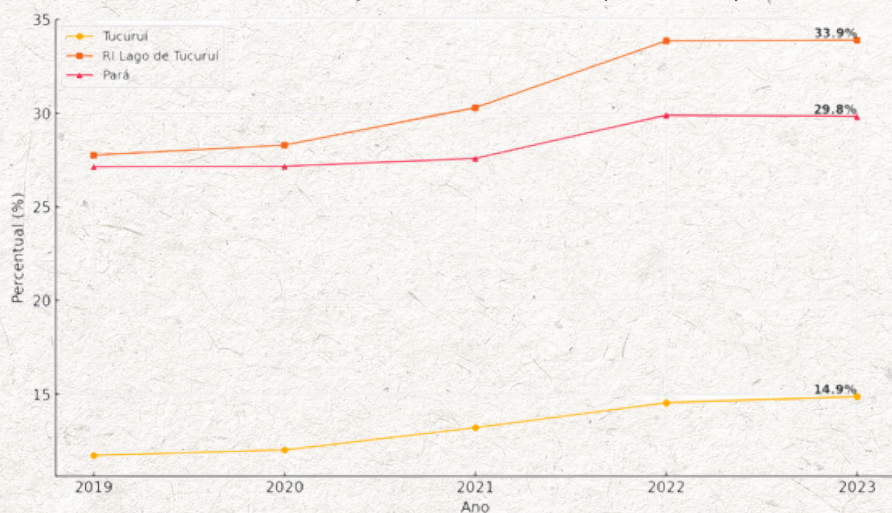
O percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Tucuruí apresentou crescimento constante ao longo do período analisado, saindo de 11,6% em 2019 para 14,9% em 2023. Embora o município mantenha-se com os menores índices entre os recortes territoriais avaliados, o aumento contínuo do indicador aponta para a insuficiência ou precariedade dos serviços de coleta de lixo em áreas de maior vulnerabilidade social. Essa prática, além de representar um risco ambiental, também expõe a população a graves problemas de saúde pública (Gráfico 22).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador subiu de 27,7% em 2019 para 33,9% em 2023, apresentando um crescimento significativo e sustentado. Isso evidencia que uma parcela expressiva da população regional de baixa renda continua sem acesso adequado à coleta regular de resíduos sólidos. A estabilidade nos valores entre 2022 e 2023 sugere que, mesmo com a elevação anterior, os níveis atuais permanecem altos, exigindo maior articulação regional e investimentos direcionados a políticas de saneamento básicas inclusivas (Gráfico 22).

No estado do Pará, os valores

também aumentaram ao longo dos anos, partindo de 27,1% em 2019 e chegando a 29,8% em 2023. A tendência de crescimento, embora menos acentuada que na RI, ainda é preocupante, pois demonstra que a queima ou o enterro de resíduos sólidos continua sendo uma prática comum entre os segmentos mais pobres da população paraense. O desafio de universalizar a coleta de lixo em todo o estado, especialmente nas zonas rurais e periféricas, permanece um obstáculo central para a efetividade das políticas públicas ambientais e de saúde (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14,91%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Tucuruí, o percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar apresentou uma trajetória de queda constante ao longo do período de 2019 a 2023. O índice passou de 30,9% para 25,8%, demonstrando avanços importantes em relação à substituição de sistemas precários de saneamento por soluções mais adequadas. Apesar da melhora, o fato de mais de um quarto da população vulnerável ainda depender de fossas rudimentares sinaliza que há um caminho relevante a ser percorrido para alcançar padrões mínimos de salubridade (Gráfico 23).

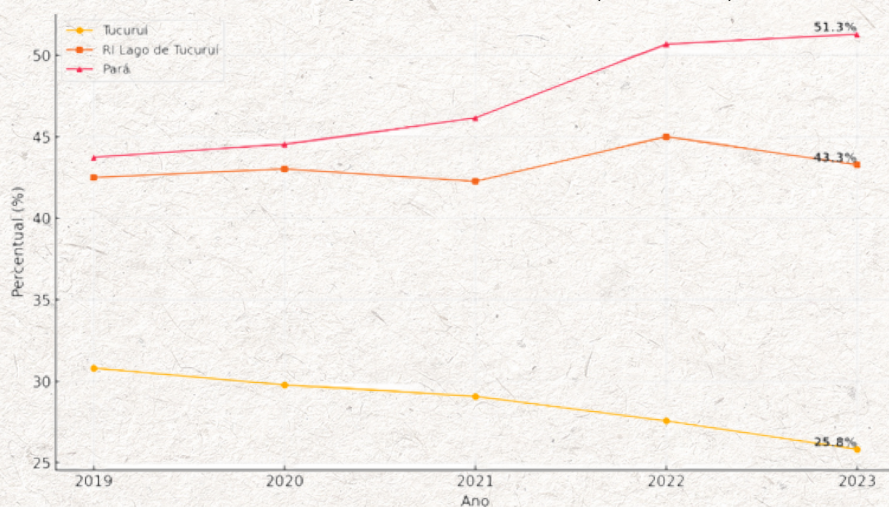
A Região de Integração Lago

de Tucuruí mostrou uma oscilação no indicador, partindo de 42,6% em 2019, subindo até 45,1% em 2022 e depois recuando levemente para 43,3% em 2023. Esses dados indicam que, na RI, o uso de fossas rudimentares ainda é amplamente disseminado entre a população de baixa renda e que os esforços para reverter essa condição têm sido insuficientes. A reversão da tendência de alta no último ano é um sinal positivo, mas ainda insuficiente para alterar significativamente o quadro estrutural de exclusão sanitária (Gráfico 23).

No estado do Pará, o comportamento do indicador foi de

crescimento contínuo, subindo de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023. Esse aumento revela um agravamento da situação de saneamento entre os grupos mais pobres, o que pode estar relacionado à expansão desordenada de assentamentos sem infraestrutura, à escassez de programas públicos eficientes de saneamento e à fragilidade da gestão ambiental em diversas regiões. A superação desse desafio passa por políticas públicas robustas, com foco na universalização do saneamento rural e periférico, além de investimentos em tecnologias de baixo custo e gestão comunitária dos sistemas sanitários (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

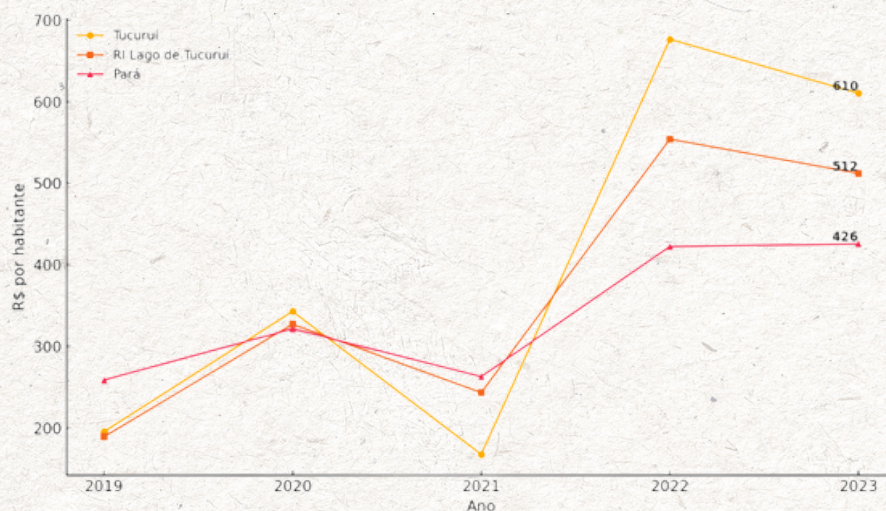
Os gastos per capita com prevenção de desastres em Tucuruí apresentaram grande variação ao longo do período analisado. Em 2019, o valor era de R\$ 192 por habitante, subindo para R\$ 346 em 2020, mas caindo significativamente em 2021 para R\$ 168. Esse recuo pode refletir redirecionamentos orçamentários durante a pandemia, priorizando áreas como saúde e assistência social. No entanto, a partir de 2022, o município ampliou substancialmente seus investimentos, atingindo R\$ 678 e mantendo um patamar elevado em 2023, com R\$ 610 por habitante (Gráfico 24).

A Região de Integração Lago de Tucuruí apresentou trajetória semelhante, com aumentos entre 2019 e 2020, leve recuo em 2021, e expressivo crescimento a partir de 2022. Os gastos per capita saltaram de R\$ 245 em 2021 para R\$ 556 em 2022 e permaneceram elevados em 2023 (R\$ 512). Esses dados indicam uma mudança de postura no território, com maior atenção às ações de mitigação de riscos e preparação para eventos extremos, o que pode estar relacionado ao aumento da frequência de enchentes e deslizamentos na região (Gráfico 24).



No âmbito estadual, o Pará manteve valores mais estáveis ao longo da série, com crescimento gradual. Em 2019, o gasto foi de R\$ 261 por habitante, atingindo R\$ 426 em 2023. Embora inferior aos valores registrados em Tucuruí e na RI nos dois últimos anos, o crescimento do estado demonstra um esforço contínuo de fortalecimento da resiliência climática e da capacidade de resposta a desastres. A diferença entre os recortes territoriais sugere que, em alguns municípios como Tucuruí, os investimentos foram mais agressivos e provavelmente impulsionados por demandas locais mais urgentes (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 610/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Tucuruí, os gastos per capita com preservação aquática mantiveram um patamar elevado durante quase todo o período analisado. De R\$ 460 em 2019, os investimentos subiram para R\$ 513 em 2021, caíram para R\$ 374 em 2022 e voltaram a crescer fortemente em 2023, atingindo R\$ 610 por habitante. Essa retomada pode sinalizar novas prioridades políticas ou o lançamento de programas específicos de proteção de recursos hídricos, fundamentais para o município devido à presença da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e à importância da gestão das águas na região (Gráfico 25).



Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a evolução também foi positiva, embora em patamares mais modestos. O indicador cresceu de R\$ 284 em 2019 para R\$ 415 em 2023, com pequenas oscilações no período intermediário. A estabilidade e posterior crescimento sugerem um esforço progressivo de integração de políticas ambientais voltadas à proteção de ecossistemas aquáticos, especialmente em áreas com comunidades ribeirinhas ou de intensa atividade

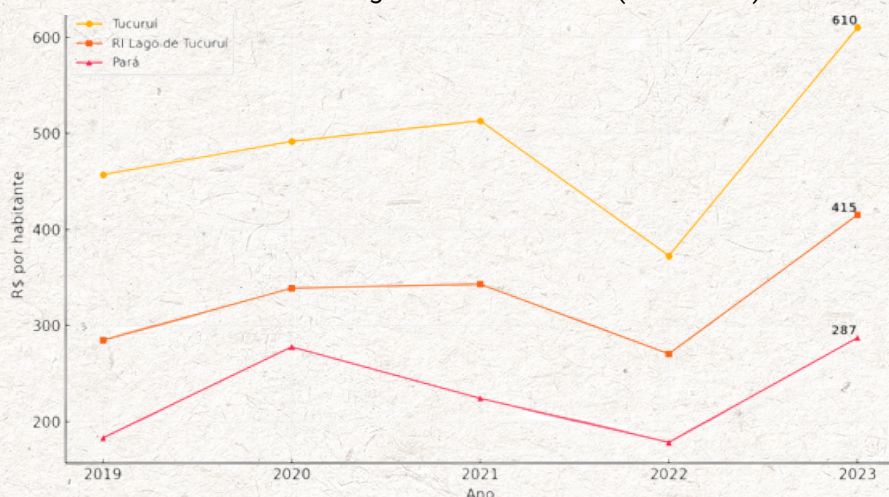
pesqueira e extrativista (Gráfico 25).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou os menores valores, embora com tendência de crescimento nos dois últimos anos. Após cair de R\$ 280 em 2020 para R\$ 170 em 2022, a despesa per capita com preservação aquática voltou a subir em 2023, alcançando R\$ 287. Essa variação pode estar relacionada à instabilidade orçamentária e à priorização de outras áreas, mas o aumento recente sinaliza possível reto-



mada de investimentos em políticas de proteção de corpos hídricos, especialmente diante da crescente pressão sobre os rios amazônicos. A liderança de Tucuruí no indicador evidencia o papel estratégico do município nesse tema dentro do estado (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 610/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Tucuruí, o percentual da área coberta por floresta em relação à área total apresentou uma leve mas contínua queda entre 2019 e 2023, indo de 36,9% para 35%. Essa redução gradual, embora aparentemente modesta, revela uma tendência preocupante de perda de cobertura florestal, que pode estar associada a processos de ocupação urbana desordenada, expansão agropecuária ou extração de madeira. Mesmo com políticas ambientais em curso, a estabilidade relativa observada nos dois últimos anos não reverte os impactos acumulados da década (Gráfico 26).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, a situação é ainda mais preocupante.

A área florestal caiu de 33,7% em 2019 para um mínimo de 26,9% em 2022, com leve recu-

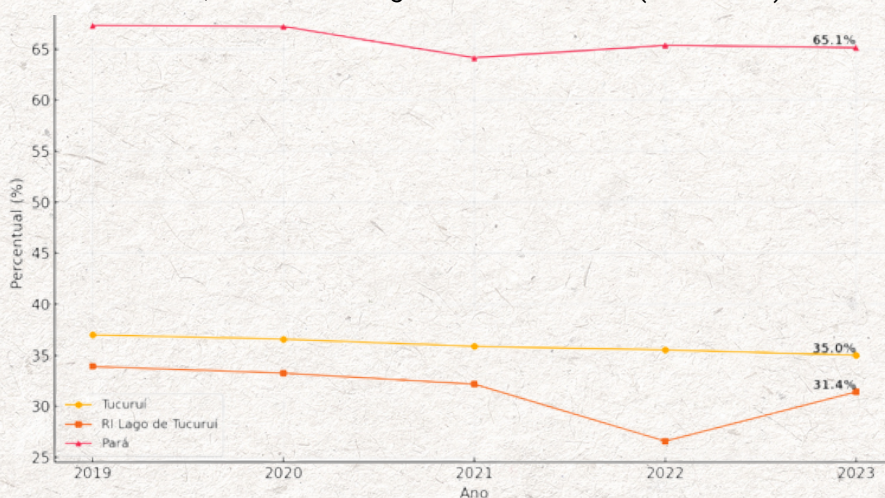
peração em 2023 para 31,4%. A queda acentuada entre 2020 e 2022 indica uma pressão significativa sobre os ecossistemas florestais regionais, possivelmente intensificada por atividades extrativistas, queimadas e expansão agrícola. A retomada no último ano pode refletir o impacto de políticas públicas ou ações de



reflorestamento pontuais, mas ainda é insuficiente para reverter a tendência de médio prazo (Gráfico 26).

O estado do Pará apresenta um percentual muito superior de cobertura florestal, com relativa estabilidade ao longo da série: partindo de 66,9% em 2019 e chegando a 65,1% em 2023. Apesar de oscilações pontuais, os números indicam uma capacidade maior de conservação da floresta em nível estadual, possivelmente devido à presença de áreas protegidas, unidades de conservação e fiscalização mais eficaz em determinadas regiões. Ainda assim, a leve queda inicial reflete o desafio persistente de equilibrar desenvolvimento econômico e preservação ambiental no estado (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Tucuruí apresentou aumento constante na proporção de área desmatada em relação à área total entre 2019 e 2023, partindo de 40,3% e atingindo 41,9%. Embora a elevação seja sutil, ela reforça a tendência de avanço gradual do desmatamento, em especial sobre áreas florestais ou vegetação nativa remanescente. Esse padrão é preocupante em um município com alto valor estratégico ambiental e presença de ecossistemas sensíveis às margens de rios e represas (Gráfico 27).

A Região de Integração Lago de Tucuruí mostra um cenário mais grave, com percentual desmatado muito elevado: de 58,8% em 2019, chegando a

63,1% em 2022 e recuando levemente para 61,3% em 2023. O patamar elevado evidencia uma região sob forte pressão antrópica, provavelmente relacionada à conversão de florestas em áreas de pastagem ou agricultura extensiva. A leve redução mais recente pode sinalizar início de controle ou uma desaceleração de novas frentes de desmatamento, mas o índice ainda é alarmante (Gráfico 27).

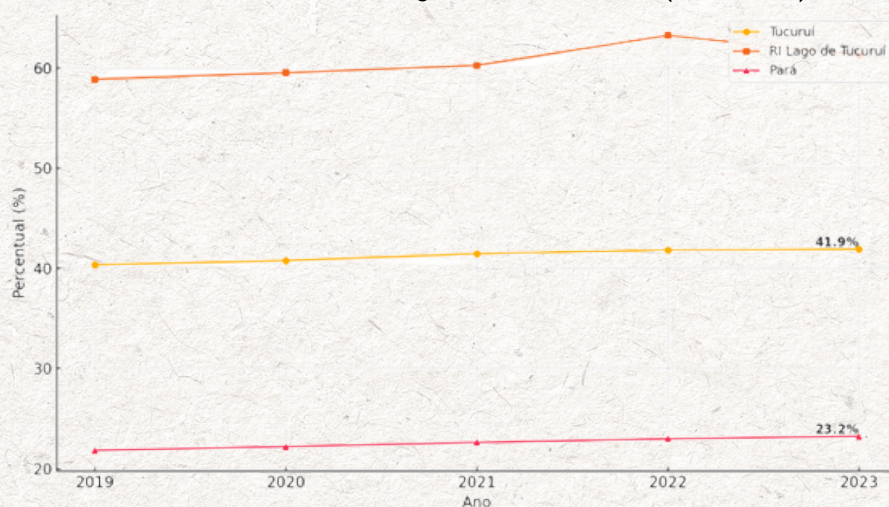
O estado do Pará, em contraste, apresenta uma das menores proporções de área desmatada entre os três recortes analisados. O percentual subiu discretamente de 21,9% em 2019 para 23,2% em 2023.

Essa relativa estabilidade em

níveis mais baixos reflete a importância de ações estruturadas de conservação e do papel das áreas protegidas e terras indígenas na contenção do desmatamento. No entanto, mesmo com melhores indicadores, a tendência ascendente, ainda que lenta, sugere que o Pará continua vulnerável à expansão da fronteira agropecuária e à exploração ilegal de madeira (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

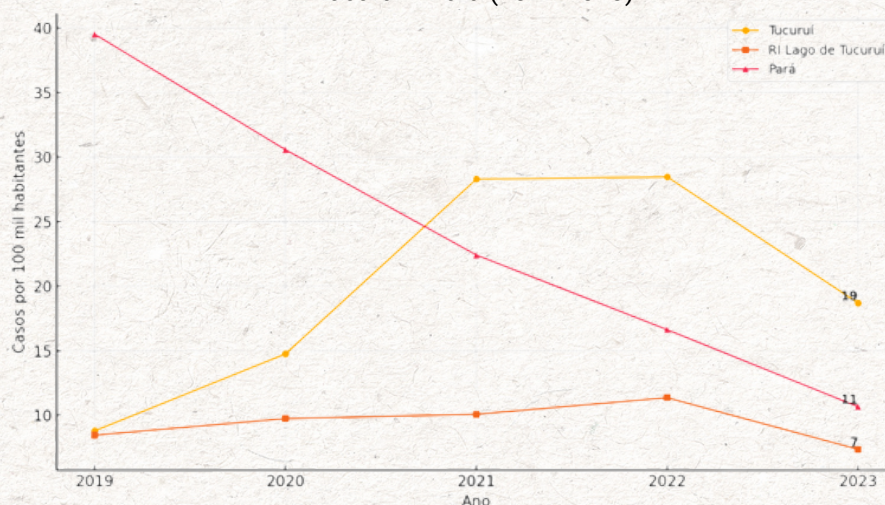
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de Tucuruí apresentou uma trajetória de crescimento no índice de trabalho infantil entre 2019 e 2022, partindo de 8,8 para um pico de 28,4 casos por 100 mil habitantes, mantendo esse nível elevado por dois anos consecutivos. Esse crescimento acentuado pode estar relacionado aos impactos socioeconômicos da pandemia, que intensificaram a vulnerabilidade das famílias e ampliaram a informalidade. A redução observada em 2023, com queda para 19,1 casos, pode ser reflexo de ações de combate ao trabalho infantil, programas de transferência de renda ou políticas intersetoriais de proteção à infância (Gráfico 28).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o indicador manteve-se relativamente estável e em patamares baixos durante todo o período analisado, oscilando entre 8,3 e 11,4 casos por 100 mil habitantes. Essa estabilidade, apesar de positiva em termos absolutos, pode refletir também uma possível subnotificação ou ausência de mecanismos mais eficientes de identificação e enfrentamento do trabalho infantil na região. A manutenção de valores baixos não deve ser motivo de complacência, pois pode mascarar situações de trabalho informal infantil não registradas pelas redes de proteção social (Gráfico 28).

O estado do Pará apresentou uma tendência oposta à observada em Tucuruí. Os dados indicam uma queda contínua do trabalho infantil, com o índice passando de 39,6 em 2019 para 10,2 em 2023, uma redução expressiva de quase 75% no período. Esse resultado pode ser atribuído a políticas públicas estaduais bem-sucedidas, como o fortalecimento da assistência social, fiscalização do trabalho e ações educativas. No entanto, o dado estadual agregado pode ocultar disparidades territoriais relevantes, como as observadas em municípios específicos como Tucuruí, onde o problema ainda persiste em escala preocupante (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Tucuruí, a taxa de homicídios apresentou um padrão de oscilação, com declínio de 2019 (33,4) até um mínimo em 2021, seguido por uma elevação em 2022 e significativa queda em 2023 (37,2). A trajetória sugere influência de múltiplos fatores, como ações pontuais de segurança pública, reorganização do crime organizado, ou variações na eficácia das forças policiais e da justiça criminal. Apesar da redução parcial recente, a presença da violência letal ainda representa um desafio para a garantia do direito à vida e à segurança da população local (Gráfico 29).

Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o comportamento

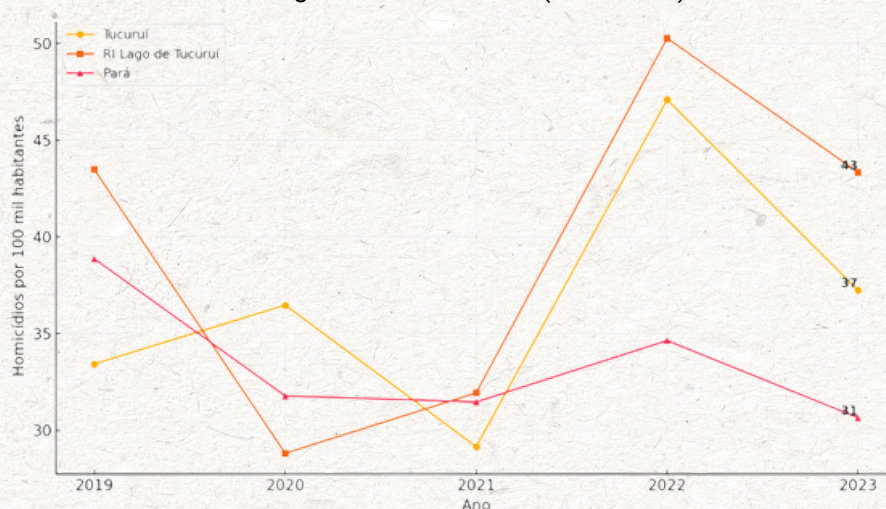
da taxa de homicídios foi semelhante ao do município, com queda entre 2019 e 2021, e posterior crescimento até 2023. Isso revela um padrão regional de aumento da violência letal nos últimos anos, o que pode estar relacionado a conflitos fundiários, presença de facções, tráfico de drogas e fragilidade da estrutura de policiamento. O fato de a RI refletir de forma ampliada os movimentos do município reforça a necessidade de uma abordagem territorial integrada para a prevenção da violência (Gráfico 29).

O estado do Pará apresentou queda contínua da taxa de homicídios ao longo do período,

o que demonstra um avanço consistente na segurança pública em escala estadual. De forma contrastante com a tendência de retomada da violência em Tucuruí e sua região, o estado conseguiu manter uma trajetória descendente, sinalizando maior eficácia das políticas estaduais de segurança, articulação entre as instituições de justiça criminal e ampliação do monitoramento territorial. Contudo, a discrepância entre os recortes territoriais mostra que os avanços estaduais ainda não foram plenamente interiorizados, exigindo estratégias mais específicas para áreas de alta vulnerabilidade (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Tucuruí apresentou um crescimento progressivo no gasto público municipal como percentual do PIB, passando de 3,3% para 10,7%. Esse aumento indica uma ampliação da atuação do setor público local na economia, o que pode refletir tanto o fortalecimento da capacidade fiscal quanto o aumento dos investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Ainda que o valor final permaneça abaixo da média estadual, a trajetória ascendente sugere maior protagonismo da gestão municipal na indução do desenvolvimento (Gráfico 30).

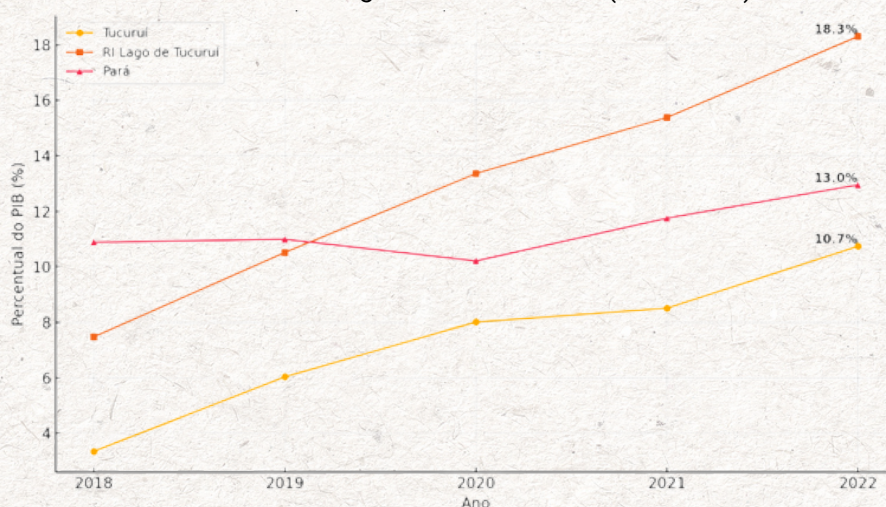
A Região de Integração Lago de Tucuruí teve um desempenho ainda mais expressivo, partindo de 7,5% em 2018 para 18,3% em 2022, superando de forma consistente os demais recortes territoriais. Esse crescimento acentuado pode indicar forte elevação do gasto público em múltiplos municípios da região, sugerindo esforços coordenados ou ampliação de receitas próprias e transferências. A elevação contínua ao longo dos cinco anos evidencia um papel cada vez mais relevante dos entes locais na movimentação econômica da região (Gráfico 30).

No estado do Pará, o gasto público municipal como per-

centual do PIB se manteve relativamente estável até 2020, em torno de 10% a 11%, com crescimento mais nítido a partir de 2021, chegando a 13% em 2022. Embora esse valor seja inferior ao da Região de Integração Lago de Tucuruí, ele representa uma elevação importante para o conjunto dos municípios paraenses, sugerindo reativação da economia pública local após os efeitos mais duros da pandemia. A tendência positiva em todos os recortes aponta para um fortalecimento da presença municipal no ciclo econômico regional (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Tucuruí oscilou nos primeiros anos e só apresentou crescimento expressivo a partir de 2022. Após uma queda entre 2019 (2,2 pontos por 100 habitantes) e 2021 (1,6), o município iniciou um avanço mais robusto, atingindo 5 pontos em 2023. Essa expansão recente pode estar relacionada à ampliação da infraestrutura de telecomunicações, à maior demanda por conectividade no pós-pandemia e à atuação de programas de inclusão digital em escolas e comunidades (Gráfico 31).

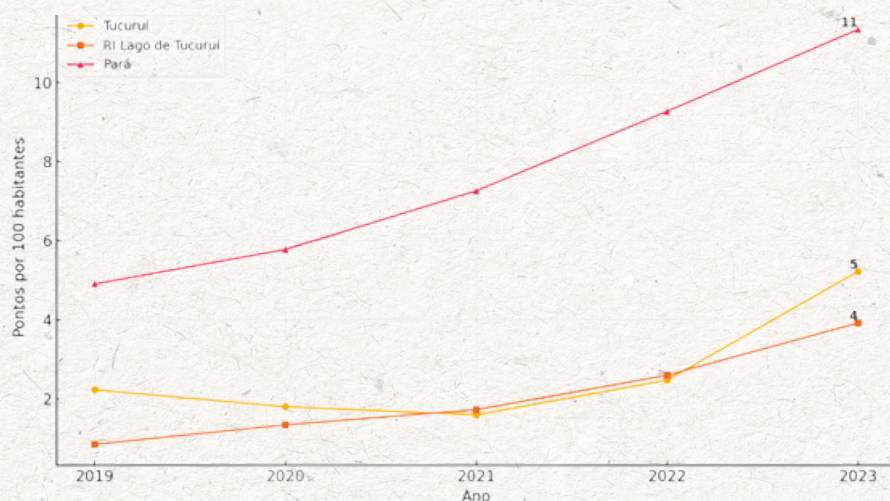
A Região de Integração Lago de Tucuruí teve uma trajetória

de crescimento mais constante, partindo de um patamar inferior a 1 ponto em 2019 e alcançando 4 pontos por 100 habitantes em 2023. Ainda que abaixo dos números do estado e de Tucuruí ao final do período, esse aumento progressivo revela uma melhora gradual nas condições de acesso à internet na região. No entanto, os dados indicam que parte significativa da população regional ainda permanece com acesso restrito à banda larga, o que pode comprometer a equidade digital e a inclusão produtiva (Gráfico 31).

O estado do Pará, por sua vez, demonstrou a evolução mais significativa e contínua no indi-

cador, passando de 5 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11 em 2023. Esse crescimento reflete esforços mais amplos de modernização das redes de telecomunicação, aumento da cobertura urbana e possivelmente subsídios à contratação de serviços em áreas de menor renda. O contraste entre o desempenho estadual e os valores mais baixos de Tucuruí e sua RI aponta para desigualdades territoriais no acesso digital, ressaltando a necessidade de políticas públicas mais focalizadas para os municípios do interior (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

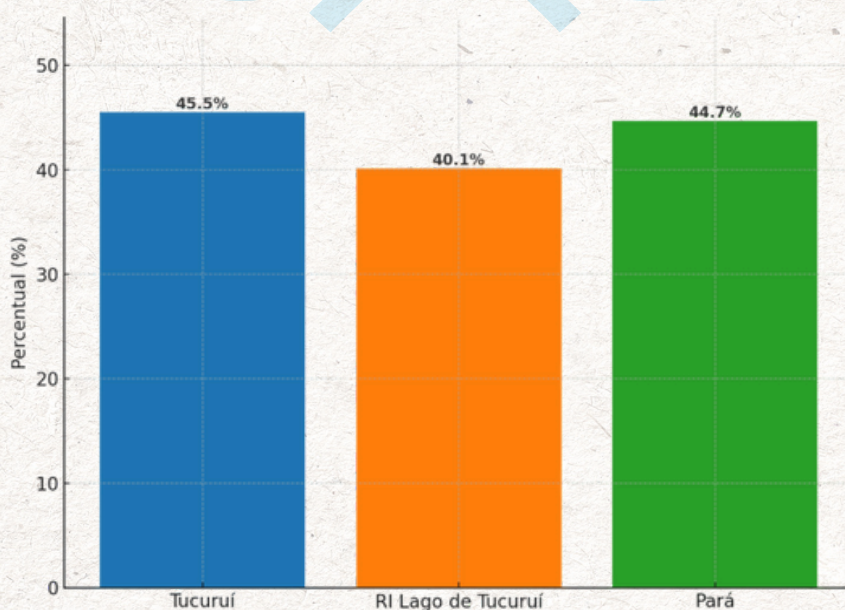
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Tucuruí** registrou um IDS de **45,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Tucuruí x RI Lago de Tucuruí x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

